

# O IMPERIALISMO GLOBAL

## Teorias e consensos



*Questões da Nossa Época*  
**Volume 48**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Farias, Flávio Bezerra de

O imperialismo global : teorias e consensos / Flávio Bezerra de Farias. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. -- (Coleção questões da nossa época ; v.48)

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-2019-6

1. Filosofia política 2. Globalização 3. Imperialismo I. Título.  
II. Série.

13-02258

CDD-325.32

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Imperialismo : Ciência política 325.32

Flávio Bezerra de Farias

**O IMPERIALISMO GLOBAL**  
Teorias e consensos

 **CORTEZ**  
**EDITORA**

O IMPERIALISMO GLOBAL: teorias e consensos

Flávio Bezerra de Farias

*Capa:* aeroestúdio

*Preparação de originais:* Marta Almeida de Sá

*Revisão:* Cláudia Levy

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 2013 by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil – abril de 2013

## Sumário

Prefácio .....	7
Introdução.....	13
1. As abordagens conservadoras.....	17
1.1 O imperialismo desiluso .....	18
1.2 O liberalismo imperial .....	25
1.3 O cosmopolitismo liberal .....	34
1.4 O cosmopolitismo social-liberal .....	45
2. As abordagens críticas .....	53
2.1 O neorealismo neo-schmittiano .....	53
2.2 O ultraimperialismo de desmonte nacional ....	59
2.3 O materialismo histórico global .....	63
2.3.1 O neoimperialismo expropriador .....	64
2.3.2 O hegemonismo imperial global.....	71
2.3.3 O imperialismo planetário.....	77
2.3.4 O imperialismo hegemônico global.....	80
2.3.5 O alterglobalismo multipolar .....	85
2.3.6 O alterglobalismo regulacionista .....	91
2.3.7 O alterglobalismo neomarxista .....	95

2.4 O pós-marxismo ocidental .....	97
2.4.1 O alterglobalismo imperial .....	98
2.4.2 O cosmopolitismo europeu.....	105
2.4.3 O transnacionalismo europeu.....	110
Conclusão.....	117
Bibliografia .....	121

## Prefácio

Este belo livro de Flávio Farias é uma importante contribuição ao debate sobre as formas da globalização imperialista no século XXI. Examinando criticamente as diversas tentativas de análise — apologéticas ou críticas —, ele nos propõe um excelente mapa das várias teorias, de Carl Schmitt a Jürgen Habermas, e de David Harvey a István Mészáros e Perry Anderson — entre outros muitos.

Neste breve prefácio, não vou tentar resumir o livro, nem propor uma nova interpretação do império global, que escapa à minha alçada. Mais modestamente, vou lembrar um texto que é uma das primeiras tentativas antes de Lenin de entender o fenômeno imperialista. Trata-se de um autor bastante distante do marxismo ou do anti-imperialismo, mas nem por isso suas intuições deixam de ser interessantes e mesmo atuais. Trata-se de... Max Weber.

Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, por volta de 1912-1913 — não se sabe a data exata —, Weber escreve um capítulo sobre o imperialismo em seu grande livro (póstumo) *Economia e Sociedade* (1922); trata-se de um subcapítulo da seção sobre “A Nação”, na segunda parte do livro. Seu título, “Os fundamentos econômicos do imperialismo”, parece tirado de uma brochura marxista — para não dizer

leninista. Na verdade, o conceito weberiano de imperialismo não é o dos marxistas: trans-histórico, ele se estende da Roma Antiga até o século XX. Entretanto, depois de uma discussão sobre a dinâmica do Império Romano, o argumento de Weber se desloca pouco a pouco em direção aos “fundamentos econômicos do imperialismo” moderno, isto é, ao “capitalismo imperialista” — o termo é de Weber —, com vocação colonial e expansão planetária, um fenômeno, insiste o sociólogo alemão, “que se manifesta cada vez mais hoje em dia”. Weber analisa de forma concreta os interesses capitalistas de uma série de grupos sociais: fornecedores e credores do Estado, capitalistas coloniais, capitalistas interessados no comércio exterior etc., cujas chances de lucro dependem da utilização direta da violência coercitiva política, de tendência expansiva. A conquista de colônias no além-mar dá a esses interesses capitalistas extraordinárias possibilidades de lucro graças à submissão dos indígenas como força de trabalho nas plantações, como mostra o exemplo dos espanhóis na América do Sul, dos ingleses no Sul dos Estados Unidos e dos holandeses na Indonésia. A isso cabe acrescentar a violenta monopolização do comércio exterior das colônias, os empréstimos do Estado, as concessões às empresas ferroviárias etc. — a lista é bastante longa. O *capitalismo imperialista* — este conceito especificamente weberiano aparece várias vezes no texto —, em particular sob a forma da pilhagem colonial, baseada na violência direta e no trabalho forçado, produz lucros bem superiores ao intercâmbio pacífico de bens. Daí a predominância dos interesses capitalistas imperialistas sobre aqueles, pacíficos, associados ao livre-câmbio. O imperialismo não é, portanto, para Weber, uma “etapa” do capitalismo — a última, segundo o famoso panfleto de Lenin —, mas uma *política* impos-

ta por setores específicos do capital. O sociólogo afirma que o fenômeno “existiu em todas as épocas e lugares”, mas reconhece que atingiu um nível superior nas formas “especificamente modernas” das empresas privadas ou públicas. A garantia desses lucros excepcionais exige a ocupação dos territórios estrangeiros e a submissão das populações sob a forma de “protetorados”. A renovação atual generalizada desse “capitalismo imperialista” e a dinâmica política expansionista que o acompanha não são o fruto do acaso, mas resultam desta otimização do lucro. Algumas das passagens deste capítulo parecem coincidir, por sua insistência sobre o papel da expansão colonial, com o capítulo sobre a “acumulação primitiva” na obra *O Capital* de Marx. Entretanto é pouco provável que Weber tenha efetivamente lido essa obra em seu conjunto; além disso, esses fatos históricos não constituem, para ele — contrariamente a Marx —, a gênese do capitalismo moderno, que ele situa, como se sabe, num contexto inteiramente diferente (os empresários protestantes anglo-americanos). Esta dinâmica imperialista violenta do capitalismo está intimamente ligada, segundo Weber, a uma orientação belicista, que favorece os negócios dos fornecedores de material bélico, dos bancos que financiam os empréstimos de guerra, e de um amplo setor da grande indústria atual, bem além dos produtores de aparelhos militares. Essas forças econômicas estão interessadas no desenvolvimento de conflitos bélicos enquanto tais, qualquer que seja o resultado para seu próprio Estado, e as máquinas de guerra são vendidas ao mundo inteiro, inclusive aos adversários políticos. É difícil imaginar uma descrição mais incisiva, penetrante e impiedosa do brutal cinismo dos interesses “capitalistas imperialistas” e de sua política de conquista, expansão e guerra. Há poucos equi-

valentes na literatura marxista antes de 1914, à parte alguns escritos da extrema esquerda anti-imperialista e antimilitarista, por exemplo, Rosa Luxemburg — uma autora que Weber certamente não leu, e *vice-versa*. Entretanto, enquanto os autores marxistas se interessam pelas estruturas macroeconômicas responsáveis pelo imperialismo — o capital financeiro (Rudolf Hilferding) ou a necessidade, para a acumulação do capital, de mercados “externos” (Rosa Luxemburg) —, Weber focaliza sua atenção nos agentes político-econômicos capitalistas especificamente interessados nos lucros extraordinários que resultam da rapina imperialista e colonial, ou das guerras de conquista.

Na contracorrente da sociologia evolucionista e positivista de um Herbert Spencer, para o qual era uma evidência “científica” que as guerras pertenciam ao passado feudal e já não teriam nenhum lugar nas sociedades industriais modernas, Weber havia perfeitamente percebido o potencial de violência e de expansão guerreira dessas últimas.

Essa análise, redigida pouco antes da Primeira Guerra Mundial, se revelou bastante profética em relação aos desenvolvimentos no curso do século XX. O capítulo de Weber não tem nada a ver com um protesto pacifista ou um panfleto anti-imperialista. Ele não denuncia as violências imperialistas e não toma posição a favor ou contra os fenômenos analisados. Em uma linguagem “livre de juízos de valor”, axiologicamente neutra, ele simplesmente descreve, com uma inteligência afiada como uma navalha, ou melhor, como o bisturi de um cirurgião, os mecanismos da expansão imperialista moderna.

Evidentemente, o imperialismo do século XXI, cem anos depois, é bastante diferente daquele estudado por Weber. Mas não existe uma surpreendente semelhança

entre os processos analisados neste texto e a política imperialista estadunidense, por exemplo, durante o governo do Sr. George W. Bush? E os processos atuais de “acumulação do capital por despossessão” a que se refere Harvey não teriam alguma analogia com o “capitalismo imperialista” a que se referia Weber? Essas e outras perguntas encontrarão seguramente uma resposta no interessante livro de Flávio Farias.

*Michael Löwy*

Paris, 21 de dezembro de 2012



## Introdução

Este livro<sup>1</sup> analisa as principais teorias conservadoras e críticas sobre a forma atual do imperialismo. Como no marxismo crítico e revolucionário do início do século XX, a abordagem desta forma social e histórica também deve partir da ideia geral marxiana de base e superestrutura.

Assim, o fenômeno do imperialismo ocorre no quadro de uma formação socioeconômica, cujas principais determinações espaço-temporais estão encerradas tanto no capital quanto no Estado (Farias, 2000; 2001; 2004a). Para a atualização conceitual do imperialismo como um todo orgânico, foi examinada a filosofia política recente do consenso global, do cosmopolitismo e até mesmo do Império, que tomou a via da aceitação da dominação imperial enquanto configuração estatal desenvolvida, naturalmente vinculada à globalização econômica. Realizou-se um percurso teórico-metodológico inverso: contra o conformismo de um *novo Império na escala global*, fez-se uma *crítica das teorias e dos consensos do imperialismo global*.

---

1. As investigações básicas foram feitas de setembro de 2010 a fevereiro de 2011, num pós-doutorado, na Universidade Sorbonne-Nouvelle, com bolsa Erasmus Mundus. A redação iniciou-se de março a agosto de 2011, numa estadia de professor visitante na Universidade Paris-Nord. Concluiu-se na UFMA, em 2012.

As abordagens conservadoras têm uma visão sobretudo política do fenômeno. As menos ambiciosas em termos planetários, ordinariamente do campo realista, analisam as questões colocadas pela projeção espacial do monopólio estatal da violência legítima para além das fronteiras nacionais, de acordo com uma nova era do mundo, fazendo abstração da articulação dialética e historicamente determinada entre o advento das novas formas estatais capitalistas globais e a dinâmica da acumulação, da reprodução e da crise capitalistas na escala mundial. Bem mais cobiçosos na escala mundial, os politólogos liberais “avançam teorias sobre a modernização, com uma sequência de etapas ascendentes de desenvolvimento político e econômico levando ao liberalismo” (Kagan, 2008, p. 143). Os expertos da “grande dialética histórica” afirmam a natural e secular vitória da “democracia liberal”, no fim da Guerra Fria — enfim, “avaliam que a ordem internacional atual nada mais é do que a etapa seguinte na marcha para a frente da humanidade que, renunciando ao conflito e à agressão, encaminha-se para uma coexistência próspera e pacífica” (Idem, p. 143-4).

Em compensação, sobre o imperialismo global puro e duro, cabe distinguir as posições conservadoras das críticas, inclusive nas suas diversidades internas. Porque há polêmica, “nem sempre de maneira sutil”, tanto entre os esperançosos de “ver o imperialismo e o império americanos se perpetuarem no mundo do século XXI” quanto entre os apologistas de “uma repartição dos poderes entre potências regionais como configuração política alternativa do quadro geral organizando a mundialização neoliberal” (Harvey, 2010, p. 66). Também há forte polêmica acerca do *novo* imperialismo, ou Império global, entre os seus críticos, sejam marxistas ou não.

Sobre as teorias e os consensos do imperialismo global, cabe examinar: no primeiro capítulo, as visões conservadoras do imperialismo ditas sem ilusão, do imperialismo liberal propriamente dito, e as vertentes cosmopolitas liberais e democráticas; no segundo capítulo, as visões críticas do imperialismo, no neorealismo neo-schmittiano, no ultraimperialismo de desmonte nacional, no materialismo histórico global e no pós-marxismo ocidental.



## Capítulo 1

# As abordagens conservadoras

Hoje, a mutação do sentido da guerra, até então interestatal, mas que se torna cada vez mais global e discriminatória, sob a influência hegemônica dos EUA, já é uma realidade tangível desde o fim do sistema soviético (URSS). Sendo assim, os diversos governos dos EUA democratas ou republicanos adotaram brutalmente a mesma doutrina guerreira securitária mais ou menos agressiva segundo as circunstâncias. Para Amin (2003b, p. 93), “o objetivo confesso da nova estratégia hegemônica dos EUA é de não tolerar a existência de nenhuma potência capaz de resistir às injunções de Washington”. Com este pano de fundo — o cenário foi esboçado por Hobsbawm (2007) —, há um debate ideológico tanto na vertente do realismo *versus* liberalismo quanto na vertente do cosmopolitismo liberal *versus* democrático, e entre ambas as vertentes, sobre a política estrangeira dos EUA efetivada ante seus *rivals* e *aliados*.

## 1.1 O imperialismo desiluso

Finda a Guerra Fria, de acordo com os antigos anseios dos politólogos realistas, “a tarefa de uma grande estratégia dos EUA” deveria se limitar a garantir “a segurança territorial do Estado americano e de seu povo”, no seio de uma política regional “de equilíbrio além-mar” — a maioria dos realistas não poderia, então, “aprovar o expansionismo posto em prática pelas *Defense Policy Guidelines* de George Bush pai, que os governos Clinton e Bush filho ainda iriam acentuar muito mais” (Gowan, 2007, p. 1).

Um imperialismo sem ilusão unipolar, em compensação, deveria permanecer uma forma ancorada em espaços estatais nacionais ou regionais, de modo que os EUA não deveriam mais tentar estabelecer uma hegemonia ou um império global. As deploráveis invasões guerreiras do Iraque e do Afeganistão “ilustram uma razão importante no sentido de que a potência hegemônica americana parece ilusória”, *idealmente*, “porque é frequentemente empregada na persecução de objetivos que são inacessíveis, tais como a edificação da nação e a promoção da democracia”; com efeito, os partidários liberais do imperialismo “parecem crer que o mundo é um pedaço de argila e que os EUA podem refazer outras nações — e culturas — à sua imagem” (Layne, 2006b, p. 2). *Substancialmente*, há uma fraqueza que, ligada às finanças, tornou-se colossal com a crise atual do capitalismo global. Como diz Kolko (2007, p. 1),

“o equipamento caro e um orçamento militar incrivelmente inchado repousam sobre o *a priori* tradicional de que o fato de deter armas sofisticadas torna os EUA potente, e que essa potência é determinada bem mais por armamentos do que

pelo que se passa no plano político e na sociedade de uma nação. De fato, é frequentemente o inverso que é verdadeiro, sobretudo quando os inimigos encontram as falhas desse tipo de tecnologia e as exploram — como o fizeram de maneira crescente durante as últimas décadas. Em seguida, há o fato de que o custo para empreender guerras torna-se uma deficiência; e a tecnologia militar dos EUA se transforma numa imensa fraqueza quando o governo tem grandes déficits ou falta de fundos para reparar sua infraestrutura envelhecida.”

Certos realistas atribuíram a persistência dos fins imperiais dos EUA, especialmente no Iraque, na Iugoslávia e, em geral, no resto do mundo, à *inércia* governamental, que

“não é realmente o termo adequado para designar o ativismo intensivo com o qual os governos Bush pai e Clinton ampliaram a OTAN, ou a remilitarização da aliança com o Japão por Clinton, ou ainda para qualificar a determinação com a qual o governo Bush filho penetrou na direção do interior do Golfo Pérsico e da Ásia central” (Gowan, 2007, p. 1).

Sobre a grande política exterior dos EUA, para se aproximar ainda mais dos fatos, seria preciso romper com a velha concepção realista do sistema interestatal que atribui uma primazia causal a este sistema, enquanto fator exógeno, supostamente “organizado como uma anarquia que vê cada Estado ameaçado de extinção por outros mais potentes e, portanto, obrigado para sobreviver a dar prioridade a sua segurança externa”, sem se esquecer da ideia daí decorrente de que os Estados tinham de avaliar sempre a repartição variável dos “recursos da potência”, sobretudo “as capacidades militares, assegurando-se de poder fazer face no sistema a toda potência eventualmente capaz de ameaçá-los” — *in fine*, “jamais nenhum Estado pode substituir a anarquia

entre os Estados por uma hierarquia”, no sentido de “um império global, porque a tentativa será bloqueada pela política de equilíbrio dos outros Estados” (Idem).

Gowan (ibidem) notou que um conservador realista viabilizou uma ruptura consistente com as posições realistas tradicionais, cada vez mais questionadas pelas práticas estatais estadunidenses efetivas. Com efeito, Layne (2006a, p. 12) destacou os principais fatores objetivos da hegemonia dos EUA, a saber: continuam dispendo de “uma preeminência capital na potência militar e econômica”; no pós-Guerra Fria, “nenhuma outra grande potência emergiu para contestar a preponderância dos EUA”; todos os governos executaram “uma estratégia visando prevenir o surgimento de novas grandes potências que poderiam contestar a hegemonia americana”; neste campo, “a perpetuação da primazia dos EUA é uma questão de política”; também mostrou que, depois da queda da URSS, “Washington simplesmente continuou sua estratégia do pós-guerra que tem por eixo a manutenção de sua primazia”; por exemplo, “nos Bálcãs, durante os anos 1990”, tratava-se de “assegurar a primazia dos EUA” no espaço europeu, “sabotando os esforços da União Europeia (UE) para adquirir uma autoridade independente sobre a segurança da região”, atendendo simultaneamente “aos interesses específicos que a Alemanha tinha nela, mas sob a suserania americana”; sublinhou enquanto condição prévia: 1º “a prioridade dos EUA de colocar a Grã-Bretanha de joelhos, para assumir a direção da economia mundial, abrindo ao mesmo tempo o império britânico e os outros impérios europeus ao capital americano”; 2º desenvolveu muitos argumentos consistentes “para ilustrar a penetração dos EUA que, no pós-guerra, visavam combinar a abertura dos mercados europeus com uma ascendência

sobre a política europeia”; 3º para Layne, o fator endógeno deveria ser destacado, porque apenas os EUA, “dentre as grandes potências modernas, puderam determinar sua grande estratégia, numa grande medida, arbitrariamente, fazendo as escolhas”; o que “significa que é a política interna, em vez das necessidades defensivas”, sublinhadas pelo realismo tradicional, “que determinou a expansão dos EUA para o exterior”; a afirmação dos aspectos endógenos o obrigou a levar em conta a natureza de classe do Estado dos EUA na construção de sua primazia no plano global, em que existe a “pretensão de um Estado de exercer sua autoridade sobre as políticas de segurança dos outros”; em contrapartida, “é claro, os EUA assumiram a tarefa de carregar o fardo militar de proteger seus aliados, que a eles se subordinaram” (Gowan, 2007, p. 1).

A condição de hegemonia global dos EUA veio com a *pax americana*, baseada num imenso poder militar e econômico que durou mais de 60 anos — porém, o país tornou-se cada vez mais incapaz de assumir o papel atribuído da hegemonia nesses dois planos do poder (Layne, 2010, p. 1). Agora, “a época da dominação americana faz um esboço de seu fim, e a política internacional entra num período de transição: não é mais unipolar, mas ainda não é plenamente multipolar”; mantida a atual política exterior dos EUA, “essa mudança no equilíbrio do poder mundial afetará consideravelmente a política internacional”; infelizmente, “a probabilidade de intensas concorrências de grande potência pela segurança — e mesmo a guerra — aumentará”; a globalização e a *pax americana* serão substituídas “por uma ordem internacional que reflita os interesses, os valores e as normas das potências emergentes”; em compensação, a política dos EUA “deveria procurar obrigar seus aliados a

assumir a responsabilidade de sua própria segurança e se colocar no papel principal em matéria de segurança de suas regiões” (Idem). Porém a tendência atual de declínio dos EUA será somente o preço alto que irão pagar se repetirem sem cessar seus erros em política externa, sobretudo no pós-Guerra Fria, quando se fixaram na ideia de que sua hegemonia é necessária para sua própria segurança e para a do resto do mundo; como efeito, contribuiu para acentuar a construção imperial, que justamente acelera o declínio dos EUA (Ibidem). A crise estrutural do capitalismo exacerbou a colocação em causa da *pax americana*, fundada sobre a preponderância militar e econômica dos EUA, de sorte que “o declínio da potência americana significa o fim da hegemonia americana na política mundial e o começo da transição para uma nova constelação de potências mundiais” (Layne e Schwarz, 2009, p. 2). Além disso, “a era da desglobalização do futuro será definida pela escalada dos nacionalismos, do mercantilismo, da instabilidade geopolítica e da concorrência entre as grandes potências”; então as potências emergentes fixarão “esferas de influência, a fim de controlar as linhas de comunicação, participar das corridas armamentistas e concorrer pelo controle dos recursos naturais essenciais” (Idem, p. 4).

A visão realista do imperialismo afirma as formas de existência estatais nacionais e regionais em detrimento da forma de existência estatal coletiva ideal planetária e, portanto, recusando o modo de existência estatal global, sobretudo na configuração hegemônica unipolar dos EUA, como uma *pax imperialis*. Uma perspectiva imperial seria prejudicial à construção de um imperialismo desiluso e efetivo:

“Para Layne, a atitude hegemônica dos EUA os transformou num Estado da Segurança Nacional com um complexo mi-

litar-industrial hipertrofiado. Os imensos recursos consagrados à potência militar poderiam ser melhor dispendidos para a prosperidade do povo americano. Sua impulsão expansionista solapou suas instituições sociais, favoreceu a ascensão de uma presidência imperial e a erosão dos poderes do Congresso. E, acima de tudo, isso lhes conduziu a se implicar em guerras que têm pouca ou nenhuma importância para os próprios EUA, mas que decorrem de sua tomada de comando sobre os interesses de segurança de outros Estados” (Gowan, 2007, p. 1).

A resistência a uma política estrangeira alternativa como a “de equilíbrio ultramar”, cada vez mais nacionalista, destaca a natureza de classe do Estado nos EUA, pois Layne acha que “o motor do expansionismo hegemônico dos EUA” reside “na exigência das elites dirigentes da *porta aberta*, em favor da exportação do *american way of life*”, cuja manutenção depende do seu Estado “enquanto formação dominada por uma classe capitalista preocupada tanto com a expansão econômica e ideológica quanto com políticas de potência” (Idem, p. 1). Esta é paradoxal:

“Precisamente por causa de seu poder e da geografia, os EUA têm muito pouca coisa a fazer no mundo para estar securizado; entretanto, o fato de suas capacidades esmagadoras foi uma constante tentação para os responsáveis pelas decisões americanas de intervir no exterior imprudentemente na persecução de objetivos inatingíveis” (Layne, 2006b, p. 6).

Por isso, certas abordagens realistas tanto “evidenciaram os perigos que espreitam os EUA caso se deixem levar pela tentação de potência hegemônica” quanto em alternativa “clamaram para que os EUA persigam uma estratégia baseada na prudência e na circunspeção” (Idem). Para

acalmar o medo provocado por sua potência no resto do mundo, os EUA “devem aceitar uma redução relativa de seu *hard power* adotando uma multipolar — e essencialmente unilateral — estratégia de balanceamento *offshore*”, capaz de ponderar “a ascensão de novas grandes potências”; aliás, “para ser securizado”, esse país “não tem necessidade de hegemonia extrarregional” (Layne, 2006a, p. 40). A opinião pública dos EUA deveria debater sobre as alternativas ao império planetário, e seria bem recompensada se levasse a sério as advertências realistas para a construção de um imperialismo ancorado nacional e regionalmente, em vez de sustentar a grande estratégia unipolar que está esgotando suas energias (Layne, 2006b, p. 6).

A percepção da natureza do estatal nos EUA quanto ao seu caráter subjetivo de classe, cujo eixo objetivo é a divisão capitalista do trabalho, exigiria também fazer a crítica do “imperialismo interno” (Lens, 1971, p. 34.), em razão de o complexo militar-industrial ter se tornado uma ameaça para o próprio país, “com um monopólio político muito mais inquietante do que os monopólios econômicos” e, no limite, “se a expansão global nos leva repetidamente à beira da guerra, o efeito interno do militarismo nos conduz para o Estado autoritário” (Idem). Esse realista de esquerda constatou que “uma das mais importantes etapas para forjar um monopólio político pelo complexo militar-industrial é a fabricação sintética da opinião pública” (Idem, 58). Kolko (2007, p. 1) enfatizou o conjunto dos fatores que levam a grande estratégia americana ao impasse, como a “miopia no atinente à tecnologia, a política de consenso que engaja políticos ambiciosos — e que frequentemente não levam em conta a opinião pública —, o complexo militar-industrial e seus interesses locais”, em particular, “o impacto da pro-

dução militar e das bases militares sobre os empregos e a política de um estado” determinado, assim como “os limites para contribuições racionais”; sem esquecer que “a crença do *establishment* estadunidense no direito de intervenção”, combinado com “os interesses do complexo militar-industrial, são os principais instigadores da política estrangeira desastrosa do país”. Os desejos conservadores realistas de bridar, até mesmo de fazer apelo à razão e exigir a transparência, no intuito de erigir um imperialismo desiluso, são muito otimistas diante das práticas concretas da “destruição programada da política estrangeira” dos EUA, razão pela qual Kolko (*idem*) acha “difícil não ser pessimista”, sendo “o realismo em vez de ilusões que guiam nossas avaliações políticas”; porém “o realismo é a única maneira de evitar o cinismo”, que marca a atitude dos partidários do imperialismo liberal. Para o marxista estadunidense, “é um truísmo notável que a política globalizada diga que as guerras são bem mais determinadas pelos fatores socioeconômicos e políticos do que por qualquer outro fator, e que isso já era verdadeiro bem antes que os EUA tentassem regulamentar os negócios mundiais” (*Ibidem*).

## 1.2 O liberalismo imperial

A aplicação sistemática da doutrina geopolítica oficial estadunidense do pós-Guerra Fria faz vários preceitos do totalitarismo nazifascista parecerem pura e simplesmente princípios espirituais liberais, expostos descaradamente na mídia. Petras (2008, p. 1) denunciou um artigo do *New York Times* (18/7/2008) do professor Morris, historiador judeu israelita, “recomendando um ataque israelita nuclear geno-

cida contra o Irã com a possibilidade de matar 70 milhões de iranianos — doze vezes o número de vítimas judias do Holocausto nazi”. No mesmo jornal, um liberal canadense assimilou o novo império dos EUA enquanto

“única nação que exerce uma vigilância policial sobre o mundo através de cinco comandos militares globais; mantém mais de um milhão de homens e mulheres armados nos quatro continentes; distribui grupos de porta-aviões de combate em estado de vigília em cada oceano; assegura a sobrevivência de certos países de Israel à Coreia do Sul; dirige os volantes dos negócios e do comércio na escala mundial; preenche com seus sonhos e desejos os corações e os espíritos de todo o planeta” (Ignatieff, 2003a, p.1).

Também assimilou, até certo ponto, a antecipação de um crítico feroz — às vezes eficaz — do liberalismo, Schmitt (2008); pois não é um império decorrente simplesmente de ideias e atitudes conjunturais, de fim da história neoliberal ou pós-moderna; mas, bem mais substancialmente, da desordem que presidiu a extinção da Guerra Fria e, portanto, do antigo “*nomos* da Terra”, na certeza de que, “enquanto os homens e os povos tiverem ainda um futuro e não somente um passado, um novo *nomos* nascerá sob formas sempre novas que tomará o curso da história” (Idem, p. 83).<sup>2</sup> Na gênese das “eras históricas” e dos “impérios”, encontra-se “a tomada de terras” como um “evento constitutivo” que lhes

---

2. O império em Schmitt (2008, p. 74-75) vem da noção central de “tomada de terras”, que dá origem ao *nomos*, substantivo do verbo grego *nemein*, para designar uma unidade de ordem e de localização, de sorte que toda ordem fundamental é uma ordem que repousa sobre seus limites — o *nomos* é o processo de “formação de uma unidade espacial concreta” composta de *configuração*, *ordem*, *medida* e *historicidade*.

serve de premissa: “precede a ordem que decorre disso não somente do ponto de vista lógico, mas também histórico. Contém a ordem inicial que desdobra no espaço a origem de toda ordem concreta ulterior e de todo direito ulterior” (Idem, p. 53). Apesar de seu abominável passado nazista, Schmitt (p. 245) destacou o dilema da

“alternativa entre coexistência de vários grandes-espacos e ordem espacial global de um mundo sob uma dominação unitária, a grande antítese da política mundial, ou seja, a oposição entre dominação centralizada do mundo e ordem espacial baseada sobre o equilíbrio, entre universalismo e pluralismo, monopólio e multipólio.”

Ignatieff escolheu o primeiro dos polos desta dominação imperial. Para entrar na batalha de ideias e atitudes conjunturais, tornou-se um *articulista*<sup>3</sup> muito fértil sobre o tema imperial antes e após a nova guerra de agressão contra o Iraque, desencadeada sob dois falsos pretextos, a saber: um era mentiroso, de que ali existiam armas de destruição massiva; o outro era enganoso, de que se queria estabelecer ali um regime democrático. Tais pretextos estão longe de serem persuasivos para além dos espaços dominados pela ideologia do novo século americano (Farias, 2004a). Nos espaços midiáticos dominantes, “a consciência burguesa que toma dessa forma a palavra se move num nevoeiro, raramente atingindo uma imagem concreta de sua natureza, dessa transformação de todas as coisas em mercadorias e em movimento da mercadoria” (Bloch, 1981, p. 20). Toda uma nação, toda uma população, toda uma civilização foram

---

3. Lukács (1976, p. 129) viu na reificação posta em prática por tais “jornalistas” um paradigma da “prostituição de suas experiências e de suas convicções pessoais”.

violentamente atacada em favor da melhoria da disponibilidade da mercadoria petróleo, pelo menos como um motivo forte da *guerra imperial*. Mas a riqueza das determinações dessas ingerências envolve ainda muita farsa, mazela e perversão. Para Ignatieff (2003a,b,c), as circunstâncias do começo deste século que levaram os EUA à guerra global, permanente e ilimitada, exprimem na realidade a necessidade de ter uma estratégia territorial imperial para garantir tanto a democracia, a *pax imperialis* e seu *way of life*, tomados por universais e eternos, quanto sua provisão em petróleo e matérias-primas, retomando de fato em grande estilo o neocolonialismo imperialista global. Isso tem servido de modelo para artigos de apoio à agressão guerreira à Líbia.<sup>4</sup> Cabe a questão:

“mas o jornalista que observa a atualidade no dia a dia, imediata e rapidamente, e que diz o que ocorre sob encomenda, será que não estaria ele próprio reduzido a representar na empresa simplesmente uma força de trabalho que se vende, na medida em que não pode revelar mais sem desencadear um escândalo e se tornar ele mesmo inútil para a imediatação jornalística?” (Bloch, 1981, p. 20).

Para além da *articulação duvidosa* e da apropriação jornalística da *pena de Clio*, o conceito de império liberal de Ignatieff tem como referência um aspecto da ideia de império totalitário antecipada por Schmitt (2008, p. 185), relativo a mudanças pacíficas ou guerreiras, quando a questão é sempre “primordialmente de natureza territorial, porque

---

4. “Repete-se, à letra, o modelo da agressão criminosa da OTAN contra a Sérvia em 1999, desejada pelo presidente Clinton para a ‘libertação’ do Kosovo. Tratou-se de uma intervenção ‘humanitária’ que massacrou, a partir do céu, milhares de pessoas inocentes.” Zolo, 2011b, p. 1.

resulta de uma ordem espacial global em que deve se produzir uma mudança territorial, portanto espacial, sem colocar em perigo essa ordem espacial". No domínio do *nomos* da terra schmittiano (idem, p. 83), em vez de ser elaborada uma posição ideológica para sustentar a construção de um novo império global, trata-se do exame do fenômeno de ordem temporal e espacial em que "cada nova época e cada era nova da coexistência dos povos, dos impérios, dos países, dos homens no poder e das potências de toda espécie fundam-se sobre novas divisões espaciais, novas delimitações, novas ordens espaciais da terra". Para defender o novo *nomos* da terra sob a forma imperial estadunidense, Ignatieff adotou implicitamente a antecipação do jurista alemão, colocando-as tragicamente com os pés no chão, porém sem considerar os seus alertas críticos contra o imperialismo ético e humanitário. Com sulfuroso realismo, Schmitt (2009, p. 96) disse que nas "expansões imperialistas" geralmente ocorre a manipulação ideológica do "conceito de humanidade" que, quando usado "sob sua forma ética e humanitária", torna-se "um veículo específico do imperialismo econômico", cujo monopólio, cuja evocação e alcunha da humanidade para si próprio "manifesta efetivamente uma pretensão pavorosa de impor a recusa ao inimigo de sua qualidade de ser humano, de colocá-lo fora da lei e fora da humanidade e, por conseguinte, de empurrar a guerra até os limites extremos do inumano" (Idem p. 97). Quando o imperialismo global transforma "a guerra numa operação de polícia contra desordeiros, criminosos e agentes nefastos", acusados de terrorismo, sob a bandeira dos *rogue states*, urge também "amplificar a justificação dos métodos deste *police bombing*. Assim, se é constrangido de impulsionar a discriminação do adversário até chegar a proporções abissais... Como São Jorge usando de sua força contra o dragão"

(p. 319). Mas nisso não há ingenuidade cristã própria aos Georges de pai para filho<sup>5</sup> — e, portanto, passível de tolerância agnóstica pela política terrestre e profana —, porque todos os que não se dobram à justiça dos conquistadores sabem que muitos burocratas do alto escalão dos EUA são criminosos de guerra (Amin, 2003b, p. 96). O subimperialista Ignatieff (2003b) fez uma defesa da guerra dita ética e humanitária. Ao inverso de sua apologética, permanece pertinente a crítica de Schmitt (2008, p. 104) segundo a qual esse tipo de lógica guerreira imperialista “decorre de certa ideia de humanidade, isto é, da humanidade superior dos conquistadores”. Esses “se sentem ameaçados na sua liberdade”, nos seus interesses e na sua paz etc.; em seguida, produzem o achado desse “terrível inimigo face ao qual nosso direito não tem limites... Uma guerra preventiva contra tal inimigo seria até mesmo mais do que uma guerra justa. Seria uma cruzada” (Idem, p. 169). Atualizando isso por meio da potência exorbitante dos EUA e de seu sistema de *global security*, ao arrepio do direito internacional, se insere a questão de uma nova “guerra justa” que concerne, ao mesmo tempo, dois aspectos: “o do inimigo reconhecido juridicamente, distinto do criminoso e do monstro, o *justus hostis*, e o da causa justa, a *justa causa*. Ambos os aspectos mantêm uma relação específica com a natureza das armas” (p. 318). Neste item,

“aquele que está por baixo vai deslocar a distinção entre a força e o direito nas esferas do *bellum intestinum*. Aquele que

---

5. Nas suas memórias, sobre a guerra de agressão ao Iraque, Bush filho “reconhece alguns erros, mas avalia que a história lhe fará justiça”; escreve também que “uma náusea o invade quando pensa na ausência de armas de destruição massiva”. In jornal *Le Figaro*, Paris, 8/11/10.

está por cima considera sua superioridade militar como uma prova de sua *justa causa* e declara seu inimigo criminoso, porque não se consegue mais realizar o conceito de *justus hostis*... O acréscimo dos meios técnicos de destruição abre bruscamente o abismo de uma discriminação jurídica e moral igualmente destrutiva” (p. 319).

Aliás, existe aí um aspecto ingênuo, místico e idólatra, pois “é aos pacíficos que a terra é prometida. A ideia de um novo *nomos* da terra só se revelará a eles” (p. 46).

Há um século, uma marxista crítica e revolucionária antecipou que “a paz do mundo não pode ser assegurada por projetos utópicos, ou, no fundo, reacionários” como os pragmáticos da diplomacia, da justiça e da integração dos conquistadores, ou teóricos da paz “e similares”, porque

“o imperialismo, o militarismo e a guerra não podem ser abolidos, nem atenuados, enquanto as classes capitalistas exercerem sem contestação sua hegemonia. O único meio de lhes opor uma resistência plena de sucesso, e a única garantia da paz do mundo, é a capacidade de ação e a vontade revolucionária do proletariado internacional de se lançar com todo o seu peso na balança” (Luxemburg, 2009, p. 269-270).

Sob o véu de uma adesão fraca e circunspecta ao império benéfico revelado na escala global, sobretudo em contraste com o *global terrorism*, imediatamente, se oculta o universalismo liberal de Ignatieff, cujos traços mais proeminentes são “a intolerância, a agressividade, a negação da diversidade cultural e da complexidade do mundo”, que “se termina por uma enésima celebração do uso da força internacional pelas grandes potências” (Zolo, 2007, p. 103).

Depois, sob o aspecto do heroísmo, próprio à figura global maniqueísta apoiada por Ignatieff, “só temos um conflito deformado entre o antigo sacrifício religioso e a vontade cega do controle capitalista” (Badiou, 2011, p. 52). Enfim, tem um aspecto teórico importante, porque a formulação imperial de Schmitt, apesar de seu espírito revanchista, foi de um grande escopo científico, especialmente para o direito internacional. Já a noção imperial de Ignatieff (2003b, p. 2), com sua servil apologética de perfeito subimperialista, pretende se tornar uma inovação:

“o *imperium* do século XXI é uma nova invenção nos anais da ciência política, um império leve, uma hegemonia global cujos princípios de base são os mercados livres, os direitos humanos e a democracia, reforçada por intermédio do mais temível poder militar que o mundo já conheceu.”

Quando a lógica guerreira dita ética e humanitária se combina com a lógica da nova ordem espacial global do neoliberalismo, a resultante busca liquidar a ordem jurídica internacional herdada da Guerra Fria, de modo que, como antes, é um atentado “contra a própria existência da ciência jurídica que atualmente vai ser esmagada entre teologia e técnica se ela não defender o terreno que lhe é próprio, em favor de uma historicidade corretamente percebida e tornada fecunda” (Schmitt, 2008, p. 46). Hoje, na configuração “imperial do mundo, uma corte penal internacional só pode ser um instrumento tendencioso nas mãos das grandes potências”, porque essa “justiça dos vencedores” corresponde aos interesses de impunidade concernentes às ações criminais inerentes ao “militarismo humanitário” do imperialismo coletivo ideal, na ocasião de suas “guerras de agressão” e, portanto, da “violação

evidente do direito internacional” (Zolo, 2007, p. 83). As vítimas das injustiças cometidas nesse domínio só podem se indignar ainda mais com as lágrimas de crocodilo do imperialismo ético e humanitário, na ocasião do seu balanço histórico, diante da teimosia dos fatos: “a catástrofe ocorrida no Iraque condenou o julgamento político de um presidente. Mas também condenou o julgamento de muitos outros, inclusive eu, por apoiar como comentarista a invasão” (Ignatieff, 2007, p. 1). O líder liberal proclamou as suas boas intenções, minimizou os erros atinentes à sua tomada de partido em favor da guerra e do terrorismo humanitário, enfim, fez a sua *mea culpa* de jornalista magnânimo e desinteressado (idem), diante da opinião pública cada vez mais desconfiada e cética por causa da sequência infernal da guerra para os direitos do homem no Iraque.<sup>6</sup> Para

“os interesses reais, aqueles do proprietário do jornal, do homem de negócios, a atualidade no dia a dia certamente não constitui um espaço contaminado e falacioso, mas um espaço extremamente útil; com efeito, o próprio dos capitalistas é de só levar em conta ocasiões isoladas e de não querer a preço algum evidenciar as estruturas da economia de mercado no seu todo.” (Bloch, 1981, p. 20).

Os erros do apologista do império liberal não residem apenas na constatação tardia das consequências desastrosas da guerra de agressão contra o Iraque, mas tomam suas raízes em seus comprometimentos ideológicos com a me-

---

6. Sobre as armas de destruição massiva no Iraque: “Fizemos nosso trabalho de jornalistas? Minha resposta é um não gigantesco.” Bob Woodward, do *Washington Post*, no *Le Monde Magazine*, 2/4/11, p. 30.

táfora banal do “novo” *fardo do homem branco*,<sup>7</sup> que Ignatieff (2003b, p. 2) usa em substituição ao termo neocolonialismo imperialista global. Neste caso, “é indubitável que a crítica da linguagem é não somente justificada, mas nenhuma abordagem colocando a questão da verdade pode prescindir daquela” (Bloch, 1981, p. 32). Essa crítica tanto se erige contra a elaboração de um modelo de imperialismo dito *leve*, mas cujos “quadros rígidos” servem para confinar seu enfoque do fenômeno “num vocabulário há muito tempo inadequado, numa sintaxe herdada dos tempos feudais”, quanto “se eleva contra o poder de uma forma particular de manutenção e de restauração das relações antigas entre senhor e escravo” (Idem). Assim, a *Alvorada da Odisseia* na Líbia, linguagem e cruzada neocolonial, ao arripio do direito internacional, sob o comando da *nova* OTAN globalizada, eterniza o hábito dos cruzados — seja como apologistas humanitários, seja como guerreiros criminosos — de irem de erro histórico em erro histórico, tendo a salvação garantida *a priori*, pois como cristãos podem *in fine* pedir perdão aos céus e à justiça terrena dos vitoriosos, no paradigma eternizado de Nuremberg.

### 1.3 O cosmopolitismo liberal

Para Zolo (2007, p. 53), a inspiração basilar da abordagem cosmopolita atual vem de uma combinação política

---

7. Para Gramsci (2001, v. 1, p. 402), a obra de Kipling “poderia servir para criticar certa sociedade que pretenda ser algo sem ter elaborado em si a moral cívica correspondente, inclusive tendo um modo de ser contraditório com os fins que verbalmente se plantea.” Para um *léxico da ideologia estadunidense*, ver Lo-surdo (2010).

ambígua de idealismo kantiano e formalismo kelseniano, na busca da paz para os povos através da lei mundial. O cosmopolitismo persiste nos fins de “garantir a paz global se apoiando sobre instrumentos jurídicos e institucionais universalistas, colocados à disposição das grandes potências” (Idem). Com a extensão da guerra global humanitária e preventiva perpetrada pelo imperialismo coletivo ideal, ficou evidente a hipocrisia do cosmopolitismo habermasiano ou conservador, partilhada entre as correntes mais abertamente liberal, social-liberal e socialdemocrata.

Certos cosmopolitas liberais analisam a era dita americana (Kupchan, 2002) no prisma da “nova ordem mundial” decretada por George Bush pai (Kagan, 2003) e, mais adiante, da “ordem do mundo no século XXI” (Fukuyama, 2005; Kagan, 2008). Nesta *pax imperialis*, não é a história que faz as eras, mas os homens poderosos, num quadro autoritário de primazia da governança global sobre os governos nacionais, de confusão entre guerra e paz, transmutação entre anjos e demônios, de ambivalência entre idealismo e *realpolitik*, de antinomia entre potência e fraqueza estatal nacional etc. Nas ordens assim esboçadas, “sem dúvida, seria mais exato dizer que a exceção e a regra se misturam e se confundem de modo inextricável. Dessa confusão surgem as figuras ainda indecisas dos totalitarismos do futuro” (Bensaïd, 2008a, p. 55).

Para seu visionário Kagan (2008, p. 20-21), o fim da Guerra Fria não é uma “mutação”, mas apenas “uma pausa da eterna competição à qual se dedicam nações e povos”. Ainda são as potências “do Eixo da democracia” que se destacam com seus “vícios e virtudes” diante da “associação dos autocratas” e dos “islamistas radicais”, pois embora tenham sido *efêmeras* as previsões de “fim da competição

entre grandes potências” e de “*fim da história* ideológico”, agora “é certo que o comunismo desapareceu da cena, mas outros potentes rivais da democracia, quanto a eles, estão sempre presentes” (Idem, p. 78). Nas relações internacionais, a livre escolha dos governos entre o *eixo da democracia* e a *associação dos autocratas* não deve jamais ser tolerada, tanto mais porque “os governantes russos e chineses não são simples autocratas, mas fervorosos adeptos da autocracia” (p. 85). Renascendo das cinzas do *fim da história*, “o espírito liberal moderno pode não apreciar o atrativo sempre vivaz da autocracia no nosso mundo globalizado” (p. 85-86). O regresso da história ao século XIX, num consenso de longa duração, “em vez e no lugar de uma nova ordem mundial”, com “o retorno do nacionalismo das grandes potências” (Kagan, 2008, p. 21-22), não passa de uma novidade reacionária disfarçada de dialética histórica entre a hiperpotência e o resto do mundo, se inspirando no elogio das tendências dos EUA sempre presentes de “recurso à força como principal meio de ação nas relações internacionais, inclinação para o unilateralismo e descrédito relativamente ao direito internacional” (Kagan, 2003, p. 17). Da hiperpotência militar dos EUA “resultou naturalmente uma mais forte inclinação a utilizar essa força para todo tipo de objetivos, da intervenção humanitária na Somália e no Kosovo a uma mudança de regime no Panamá e no Iraque” (Kagan, 2008, p. 73), e no Haiti... Daí os óbitos seletivos da soberania estatal: “esse gênero de atestados de óbito produziriam artificialmente uma barbárie cuja simples existência traz, de maneira natural, um testemunho suficiente” (Bloch, 1981, p. 24).

O pêndulo abstrato das eras permite aos adeptos do neoliberalismo cosmopolita avançar o momento das guerras

sem termo e fora dos limites, cuja indeterminação é favorável a um violento patriotismo securitário, que se erige especialmente contra os *Estados deficientes* (Fukuyama, 2005, p. 182) dos países pobres, de um lado; e, do outro, o mito de um retorno à filosofia política clássica, capaz de criar nos países ricos um “abismo estratégico” entre Europa kantiana e uma América hobbesiana (Kagan, 2003, p. 9 e 21). O consenso liberal é tanto *subimperialista*, pois Glucksmann (2003, p. 24) afirma que o desentendimento entre as potências Ocidentais divide a política mundial, ameaça a construção europeia, prejudica a OTAN e paralisa as organizações internacionais, quanto *imperialista*, pois Kristol e Kaplan destacam o erro dos que pensam que o lugar dos EUA no planeta reside em outra coisa situada para além da dominação mundial, de início; e, depois, enfatizam uma intromissão desenfreada na escala mundial, de sorte que o desafio atual não é a arrogância estadunidense, mas a realidade inelutável da sua potência (Attac, 2004, p. 45). O caso se complica, pois os EUA “se atribuem direitos imperiais especiais, ao mesmo tempo em que adquire a cooperação ativa e multilateral das outras principais potências capitalistas” (Gowan, 2004, p. 21).

Para Brzezinski (2004, p. 289), “uma resposta eficaz”, seja estrutural “às turbulências mundiais”, seja circunstancial “ao terrorismo”, implica tanto o reconhecimento do “papel decisivo da potência americana, condição essencial da estabilidade mundial”, quanto “um engajamento em longo prazo, inspirado pelo sentido de justiça”, assim como “pelo interesse nacional dos EUA”, para que a “preeminência americana” se torne facilmente “uma hegemonia de cooptação, exercendo sua liderança em nome das convicções comuns federando os aliados, mais do que por uma

dominação de fato". Para Gowan (2004, p. 22), porém, "a guerra contra o Iraque e suas consequências estão em vias de mostrar as dificuldades de tornar efetivos, simultaneamente, os direitos de primazia e os sistemas de suporte multilaterais". Os desafios "podem aparecer para Washington como ameaças contra o prestígio e os interesses nacionais dos EUA e podem conduzi-los a penetrações custosas e imprevisíveis em vários e diferentes teatros simultaneamente" (Idem). Portanto, as guerras de agressão dos EUA contra vários países soberanos, como hoje a Líbia e ontem a Iugoslávia e o Iraque, para Brzezinski (2004, p. 31), servem de "protótipos" para as "operações militares futuras", com o uso de "armamentos altamente avançados, capazes de fixar alvos muito seletivos sobre objetivos julgados nevrálgicos por causa de seu valor militar ou de sua importância econômica". Em decorrência dessas iniciativas geoestratégicas, as vacilações dos imperativos das eras sombrias e das governanças globais malogradas dos EUA (Kagan, 2003, p. 148) não resultam de uma tomada de consciência *a posteriori*, quer de seus delírios e de suas especulações, quer da incompatibilidade entre seu patriotismo e seu cosmopolitismo. Estão simples e obviamente inscritos no "sistema de autodefesa habitual dos universitários" e *think tanks* dos países imperialistas, cujo "modo de emprego" é a "barbárie", sendo estes os aparelhos concretos que usam especialmente "quando tentam levantar fundos junto às pessoas que só cogitam dar o seu dinheiro para coisas que tenham um resultado prático evidente, como o aperfeiçoamento das armas nucleares ou o ganho de alguns milhões de dólares" (Hobsbawm, 2008, p. 83). Para este, desde logo, "é o trabalho dos historiadores desmantelarem tais mitologias, a menos que eles se satisfaçam por estar a serviço das

ideologias”, em seguida, “teme que isso tenha sido frequentemente o caso dos historiadores nacionais” (idem, p. 86); enfim, Renan via “o esquecimento” e até mesmo “o erro histórico” como “um fator essencial da criação de uma nação” (Ibidem). Esse processo trágico se repete na farsa da *nova ordem mundial*, quando a teoria neoliberal triunfante tentou, *in fine*, um retorno da história (Kagan, 2008) para “inventar a história que ela desejava concretizar” (Hobsbawm, 2008), como também na antecipação da *ordem do mundo do século XXI*, sob a configuração de *State Building* — uma pretensão científica, artística ou técnica repleta de ambição obstinada e arriscada: “somente Estados podem ser construídos de maneira voluntária. Se sai uma Nação disso, é mais um problema de sorte do que de projeto” (Fukuyama, 2005, p. 153).

Assim, o neoliberalismo cosmopolita apoia uma “guerra permanente e ilimitada”, absolutamente necessária, que “exige uma justificação não menos absoluta”, ou melhor, uma “obrigação absoluta” de um *terrorismo humanitário*, oximoro imposto ao arrepio de um direito internacional “tornado solúvel na ética” (Bensaïd, 2008, p. 116). Na sequência histórica da barbárie, assim “se esboça uma forma inédita de guerra santa globalizada para a qual os combatentes atribuem justificações e compensações celestes, que dissimulam questões e razões profanas” (Idem, p. 102). Desse modo, sem nenhuma referência às razões imperialistas gerais e petroleiras específicas da invasão do Iraque pelos EUA e por seus aliados mais próximos, o consenso de Walzer reside na “possibilidade de utilizar a força nesses casos extremos”, pelos “Estados que o podem”, a partir de uma “concepção de um mínimo” de direitos do homem e de uma “comunidade de Estados semissoberanos” (Walzer,

2004, p. 66 e ss). A atualização escolástica e moralista da guerra justa e a sua implementação global levam à naturalização da norma imperialista de que, diante da impotência da ONU, só a hiperpotência hegemônica dos EUA pode ter a pretensão de soberania universal,

“um princípio novo no sistema das relações internacionais, que deve imediatamente aparecer como ilegal, como infração e como agressão, mas que o faz para antecipar uma reorganização jurídica que terá por efeito legitimar retrospectivamente seu princípio, como já foi o caso em muitas vezes na história do direito internacional.” (Balibar, 2008, p. 1).

Na nova ordem mundial, a fabricação moralista e humanitária do Estado é uma inovação reacionária que se faz passar por uma reforma, inspirando-se no elogio da melhoria do estatismo (Fukuyama, 2005, p. 182). Assim, “reduzir a extensão do Estado permanece um objetivo em muitas partes do mundo” (Idem). Entretanto, sob o esquema de uma ordem cosmopolita de governança, distopia futurista na qual a forma planetária tem primazia sobre a forma nacional, o direito de ingerência imperialista prevalece brutalmente sobre a soberania estatal do direito internacional, o processo de desenvolvimento neoliberal exige tanto guerras “*preventive/preemptive*” (Vilboux, 2007) ditas humanitárias e progressistas, com base nos “valores da democracia”, para a “fabricação do Estado”, quanto a superação do sistema westfaliano, cujas “pedras angulares”, a saber, “a soberania e o Estado-nação”, desde o fim da guerra fria, “foram erodidos e atacados no seu princípio” de sorte que os interesses estatais internos tornam-se cada vez mais um negócio importante colocado na mira dos “outros membros do sistema internacional”, que se articulam num novo poder

imperial (p. 143 e ss). Nesse poder há uma hierarquia por causa da “disparidade das forças”, persistente no pós-Guerra Fria, que “não diminuiu a importância da força militar, e os europeus descobriram que o poder econômico não é forçosamente sinônimo de poder estratégico e geopolítico” (Kagan, 2003, p. 37). Eis a arte da guerra “fora dos limites”,<sup>8</sup> pois “a arte de construir o Estado aparece desde então como um componente essencial de uma potência nacional, tão importante quanto a capacidade de pôr em prática uma força militar tradicional para salvaguardar a ordem do mundo” (Fukuyama, 2005, p. 184). A ambição de hiperpotência hegemônica dos EUA “é apenas a expressão confessa do que era um princípio tácito do planejamento estratégico dos EUA, senão de seu orçamento de defesa e de seu potencial militar” (Kagan, 2003, p. 146-147). Portanto, a abstração de “ler os desejos do presente no passado” imperialista, “em termos técnicos, o anacronismo é o método mais corrente e prático para criar uma história satisfatória às necessidades” das chamadas comunidades imaginadas, “que não são de maneira alguma unicamente nacionais” (Hobsbawm, 2008, p. 129-130). Para Kagan (2003, p. 138), “a prova da transcendência da experiência americana devia aparecer não somente no aperfeiçoamento contínuo das instituições americanas no seio do país, mas também na difusão da influência americana através do mundo”. No pós-Guerra Fria, “a ruptura do equilíbrio catastrófico das forças em

---

8. “Diante de uma guerra no sentido amplo, conduzida sobre um campo de batalha sem fronteiras, é desde então impossível assegurar a segurança de um Estado e garantir os interesses nacionais dessa ordem contando somente com um exército e armas militares. Evidentemente, a guerra sai do domínio das armas e dos assuntos militares e se torna assunto dos políticos, dos cientistas e mesmo dos banqueiros. A maneira de conduzir a guerra não é mais uma questão que concerne somente aos militares.” Liang & Xiangsui, 2003, p. 307.

proveito de uma nova hegemonia imperial acelerou e amplificou as tendências centrífugas à disseminação da violência armada”, bem compatível com a ação ordinária e oficial do exército e da polícia (Bensaïd, 2008a, 113-114). De fato, a globalização do capital se articula a novas formas estatais capitalistas atribuindo ao mundo novas formas imperialistas, em proveito da justiça, das instituições e da ordem dos conquistadores — os EUA “jamais aprenderam a promover ideais, com sucesso, sem recurso à força” (Kagan, 2003, p. 148). Volta à barbárie: 1º com “estado de sítio, lei marcial, estado de urgência; *Patriot Act*, como medidas antiterroristas, até a banalização do governo por decreto”, em suma, “as disposições temporárias do estado de exceção tendem a se perenizar em tempos de paz. Sua proclamação solene é substituída pela “extensão do paradigma da segurança” como “técnica normal de governo” (Agamben)”. (Bensaïd, 2008a, p. 54). 2º na nova agressão ao Iraque,

“com as gritantes falsificações que a motivaram, o uso intensivo de meios de destruição massiva, a imponente campanha ideológica, as matanças de civis, a ocupação militar do país, a depredação dos recursos energéticos, o controle pelos ocupantes das estruturas políticas e judiciárias, e a fragmentação do território, servem de exemplo paradigmático da natureza ilegal e terrorista da ‘guerra global preventiva’ contra o *global terrorism*” (Zolo, 2007, p. 124).

Sem usar fórmulas teóricas, técnicas ou artísticas complicadas, Brzezinski (2002, p. 47) somente atesta o estado da inserção específica do imperialismo na era global:

“a potência global ao nível da qual chegaram os EUA é, então, única, por sua envergadura e sua onipresença. Não somente os EUA controlam a totalidade dos oceanos e dos mares,

mas dispõem de forças anfíbias lhe permitindo intervir em toda parte. Suas 'legiões' ocupam posições inexpugnáveis nas extremidades leste e oeste do continente eurasiático e controlam também o golfo Pérsico. Seus vassallos e submissos, dos quais alguns acentuam as marcas de fidelidade até desejar vínculos ainda mais estreitos com Washington, estão repartidos sobre o conjunto dos continentes".

Diante do declínio natural ao longo dos anos da "potência sem precedente dos EUA", ponderou-se que "a prioridade geoestratégica reside, então, em gerir a emergência de novas potências mundiais de modo que elas não coloquem em perigo a supremacia americana" (Idem, p. 253). Porém seria preciso tanto analisar as "experiências históricas que concernem mais de perto o problema examinado" quanto "prever a possibilidade da ruptura com as tendências supostas" (Arrighi, 2008, p. 101). Sem as abstrações racionais necessárias, "enquanto inspiração e ideologia, a história tem uma tendência inata a se transformar em mito autojustificante" (Hobsbawm, 2008, p. 101).

Brzezinski (2004, p. 10-12) supõe que "a recente revolução das tecnologias avançadas", sem dúvida, "favorece a emergência progressiva de uma comunidade mundial de interesses cada vez mais compartilhados, no centro da qual se encontram" os EUA, de um lado; e, do outro, que a mundialização significa, essencialmente, a ampliação da interdependência entre as nações, mas essa "interdependência não é, em nada, uma garantia de igualdade de estatuto, nem mesmo de igualdade na segurança para todas as nações" Toda contestação dessa centralidade é, na prática, tida pelos imperialistas liberais como irracional ou bestial, e significa a extrema insegurança diante dos ataques "inteligentes" e "cirúrgicos" da "guerra como expressão suprema — irrepre-

mível e invencível — do progresso científico e tecnológico” (Zolo, 2007, p. 26).

Brzezinski (2004, p. 19) previu que no início do milênio “o efeito estabilizador da potência americana será indispensável ao equilíbrio internacional”, bem como “as colocações em causa dessa potência só poderão vir dos próprios EUA.” Imagina um Leviatã cosmopolita liberal ditando seja a insegurança seja a segurança no mundo (idem, p. 20), com uma “hegemonia de cooptação” (p. 289-290) e uma geopolítica de donos do “resto do mundo” (p. 7-8).

Para além da superação do consenso de Washington pelo de Pequim (Arrighi, 2008, p. 383), na estratégia de romper com o círculo vicioso da mundialização do capital e de sua reificação global, tanto a análise crítica da crise do capitalismo global, do desastre ecológico japonês, etc., quanto a constatação do fracasso das atuais invasões guerreiras dos EUA, apesar de suas exorbitantes “capacidades de intervenção militar na escala planetária”, ratificam a colocação em causa dos outros aspectos tidos por Brzezinski (p. 7) como capazes de atribuir ao seu país uma potência imperialista sólida e durável, a saber: “caráter nevrálgico de sua vitalidade econômica para a saúde da economia mundial; dinamismo tecnológico com efeitos decisivos sobre a inovação; difusão para além das fronteiras de todas as facetas de sua cultura de massa, inclusive as mais vulgares” (Idem). Kagan (2008, p. 144) fez abstração de tudo que contraria isso como condição *cæteris paribus* de sua nova farsa sobre “o retorno da história e o fim dos sonhos”, para chegar à *evidência* de que “o ideal democrático liberal e o mercado livre têm vigor”. Uma vez que esses trunfos e ideais liberais estão fracassando na fase atual da crise estrutural, servirão talvez tanto para reduzir a euforia do *historiador* neoliberal triun-

fante quanto para lhe “inspirar uma história de qualidade, inovadora” — pois, como diz Koselleck, “nada aguça tanto o espírito do historiador quanto a derrota” (Hobsbawm, 2008, p. 196-197).

## 1.4 O cosmopolitismo social-liberal

A ideologia social-liberal ocupa um lugar importante no debate anglo-americano e europeu sobre o novo cosmopolitismo dito democrático. Para Archibugi (2003), é preciso colocar o capitalismo mundial *sobre a via da democracia mundial* por intermédio da aplicação prática do modelo teórico da *democracia cosmopolita*. Para Beck (2003, 2006), os riscos articulados uns aos outros, de natureza econômica, ecológica e terrorista, próprios à era da mundialização, “fortalecem potencialmente uma consciência normativa global, instituem uma opinião pública e tornam a óptica cosmopolita possível” (Idem, 2006, p. 48). A partir da tese do advento de uma grande transformação epocal da primeira para a segunda modernidade — aumentando o risco, por causas não apenas originárias das ameaças externas, mas oriundas acima de tudo da dinâmica atual da própria “sociedade mundial do risco” —, defende a tese complementar segundo a qual “a questão das causas e dos autores de ameaças globais provoca o surgimento de novos conflitos políticos”, mas, providencialmente, “o debate suscitado pelas definições e pelas competências favorece um cosmopolitismo institucionalizado” (Idem). Além disso, “a sociedade cosmopolita tem necessidade de novas instituições para assegurar e regulamentar o viver-junto numa civilização interdependente e que coloca ela própria em perigo”

(p. 254). Em suma, “*a cosmopolitização representa o desaparecimento definitivo da sociedade fechada*” (p. 212).

Moderniza-se a sociedade em prospectiva cosmopolita, para anuí-la aos novos tempos e à futura ordem mundial. A nova governança já estaria em marcha com “a era dos perigos civilizacionais”, regida pela “lei da modernidade reflexiva” (Beck, 2006, p. 256-257), com voluntarismo cosmopolita, capaz de superar o autoritarismo “no interior, entre e para além dos Estados” (Archibugi, 2009, p. 29). Depois do fim da URSS, a futura “democracia cosmopolita” frearia o militarismo dos “Estados democráticos”, que “concentram uma soma de recursos econômicos, tecnológicos, militares, ideológicos e políticos suficiente para assegurar o controle do conjunto do planeta. Apesar disso, uma vez mais, a força militar regula a política internacional” (Idem, p. 80). Como premissa das antecipações, “a democracia deve ser pensada como processo em vez de um conjunto de normas e procedimentos” (p. 31). Isso parece uma aproximação com o marxismo, antecipando e vendo um movimento (Lukács, 1989, p. 15), em vez de se fixar num modelo, sendo “preferível falar de democratização — insistindo por isso mesmo sobre o aspecto dinâmico de um processo sempre inacabado — em vez de democracia — que fortalece a ilusão de que uma fórmula definitiva pode ser dada” (Amin, 2003b, p. 52). A democracia formal burguesa, para além de uma forma de manifestação governamental imediata, é uma categoria cuja essência reside na superestrutura; se insere, portanto, numa totalidade concreta, complexa e contraditória. Porém, o cosmopolitismo social-liberal pensa a democracia como uma estrutura institucional isolada abstratamente de todo o resto das formas sociais e históricas, para tornar implicitamente incompatíveis o processo de demo-

cratização e suas manifestações fenomênicas. A estrutura da democracia cosmopolita é concebida a partir tanto de teses duvidosas específicas — como as do valor universal da democracia e da perda de força da ameaça nuclear — quanto a partir da tese universal discutível de que o processo de democratização só se realiza num mundo que evolua na direção do modelo experimentado pelas sociedades dominantes e vitoriosas da Guerra Fria. Assim, a “questão crucial, para a era da mundialização”, reside em saber “como preservar a democracia e seus valores fundamentais adaptando-a ainda, ao mesmo tempo, a novas circunstâncias e a novos problemas” (Archibugi, 2009, p. 44). Nesse evolucionismo, usa uma taxinomia funcionalista que visualiza, “segundo os diferentes níveis de governança”, as seguintes “dimensões paradigmáticas”: “local, estatais, interestatais, regional e mundial” (Idem). Tacitamente, predomina o consenso da perpetuação do capitalismo da era global. Em vez de atualizar e situar de fato para além do fordismo, em meio à opressão intensiva atual, a estratégia da classe para si, buscando a via de uma democratização concreta, Beck (2006, p. 187) prefere usar uma regulação futurista, em que “a cosmopolitização ‘para si’ poderia se tornar um conceito chave para abrir as portas que levam às novas paisagens cosmopolitas dos conflitos, assim como às instituições de regulação desses conflitos que poderiam lhes atender no futuro”.

Archibugi (2009, p. 64) explicitou sua adesão à tese do fim da história sob o véu da proclamação de Beck: “cidadãos de todo o mundo, uni-vos”. Com isso, separou a democracia das determinações históricas capitais no seio das quais ela vem ao mundo e elaborou um modelo abstrato de um escopo geral e absoluto, num procedimento longe de ser

crítico do ser social realmente existente. Nesse caso, a democracia formal burguesa não é um valor universal, próprio a uma forma de existência absoluta, nem um fim em si, como também não é um ideal a ser atingido por meio do uso de energias utópicas. Ainda que essa democracia necessite sempre de fetichismos, ideais e ilusões, não é o simples resultado dos mitos pendulares do mercado autor-regulado *versus* o regulado. O cosmopolitismo social-liberal busca aplicar *entre e para além* do Estado a mesma lógica capitalista que havia florescido *no interior* do Estado social. Na era pós-moderna, “a mesma questão se coloca sobre o tabuleiro internacional: estabelecer a responsabilidade dos países mais ricos (e democráticos) para com os países mais pobres (frequentemente não democráticos) que articularão esses dois polos” (Idem, p. 75-76). O autor é bastante otimista para “crer que os conflitos podem ser resolvidos no nível mundial através de procedimentos jurídicos e constitucionais em vez do uso da força”, a partir da “hipótese de que as normas podem ser respeitadas, mesmo na ausência de um poder de coerção em última instância” (p. 56). Adota a tese kelseniana de que a soberania estatal é “um dogma a superar” (p. 55), em prol do ético e da justiça mundial. Basta contar com as “vantagens ocultas dos regimes democráticos”, isto é, com os méritos da *realpolitik* da terceira *via* dos Estados democráticos, a saber: seu suposto interesse “pela criação das organizações internacionais e pela participação nessas mesmas organizações, assim como o fato de que encorajam o desenvolvimento das associações transnacionais”; sua suposta tendência “a um maior respeito das regras quando são partilhadas por comunidades que se reconhecem mutuamente como análogas” (p. 36-37). Imagina um Leviatã cosmopolita democrático

“segundo um silogismo que jamais é explícito, a persistência da guerra é imputável à presença de Estados não democráticos. Por conseguinte, poder-se-ia garantir a paz na escala mundial agindo unicamente sobre os sistemas políticos no interior dos Estados. Portanto, os Estados democráticos não aplicam necessariamente na sua política exterior os mesmos princípios e os mesmos valores que aqueles sobre os quais o seu sistema interno é construído” (p. 35-36).

Busca ocultar a permanência da opressão intensiva atual através de um humanismo tautológico: “globalizar a democracia e, ao mesmo tempo, democratizar a globalização” (Beck, 2006, p. 28). Daí o ambíguo *consenso beckiano*:

“o cosmopolitismo realista pressupõe um *patamar mínimo de universalismo*. Fazem parte dele certas normas concretas que não devem ser violadas em nenhuma hipótese... Pode-se então falar de um ‘*common sense cosmopolita*’ quando se tem boas razões de se supor que, no lugar em que esses mínimos universalistas ocorrem, a maioria dos homens estaria pronta para defendê-los em caso de necessidade” (Idem, p. 101).

Isso é difícil por causa do “impasse de uma falsa alternativa nacionalista” entre os EUA e o resto do mundo, que “se agarra às ruínas da antiga ordem — o ‘direito internacional’, todo escrito na língua dos Estados nacionais —, para se preservar do apetite de poder da única potência mundial, a mais singular: os EUA” (p. 67). Do lado do resto do mundo, “a gente nega, calunia o gosto cosmopolita da ausência de fronteiras, a gente se instala, nas ruínas do nacionalismo metodológico — da boa velha ordem mundial —, para defender sua própria soberania que se reduz ao máximo”; do lado do cosmopolitismo despótico, “a gente se serve da

óptica nacional para observar o mundo global” (Idem). Para superar o falso debate, nacionalista ou internacionalista, sobretudo entre a *lógica do direito* e a *lógica do poder*, “é preciso, então, se fazer advogado do diabo” (a maiêutica seria mais útil), a fim de “interrogar as boas intenções cosmopolitas sondando sua contribuição emancipadora ou seus abusos, para poder lançar a controvérsia sobre o ético e a política do cosmopolitismo” (p. 97).

Enfim, Beck (2003, p. 468 e 490) elaborou uma tipologia funcionalista tanto da política quanto das formas estatais da era da globalização, quando o elogio das “boas intenções cosmopolitas” sobe no deslocamento da esquerda para a direita e de cima para baixo. Para Beck (2006, p. 326), “as ideias de Estado e soberania devem ser elas próprias ampliadas e redefinidas numa óptica cosmopolita”. Muito bem instalado na tipologia hierárquica e moralista, o cosmopolitismo dito emancipador (social-liberal) sugere ao cosmopolitismo dito abusivo (liberal) que faça uma autocrítica quanto à guerra de agressão (ilegítima e ilegal) ao Iraque; retira disso tudo um silogismo logicista e vulgar: 1º A lição de descobrir “os paradoxos da política de ameaça militar que visa desenvolver e pacificar o mundo; percebe-se aqui a que ponto é difícil ganhar também a paz depois de ter ganhado a guerra”, quando o processo “traz a marca de Caim”; 2º “Não funciona” a divisão internacional do trabalho “que faz com que os Americanos joguem o pôquer da guerra se colocando como xerife belicista, enquanto os Europeus se instalam como juízes ávidos de paz”; 3º Se os belicosos EUA se dessem conta da inutilidade de “ser a maior potência militar se ela se opõe ao mesmo tempo ao direito mundial, e se ao inverso a Europa pacifista se tornasse, ela também, uma potência militar, então a aliança atlântica

poderia ser refundada” (Beck, 2006, p. 250-251). Portanto, o *consenso de Walzer* e o *consenso de Beck* poderiam ao mesmo tempo elaborar e antecipar o advento de um novo império *aditivo* da *pax americana* dos estadunidenses tornados mais idealistas e da *cosmopolis global* dos europeus tornados mais realistas (idem, p. 256 e ss), dado que “a hipótese segundo a qual essas visões de uma nova ordem mundial seriam radicalmente exclusivas uma da outra pode provavelmente ser descartada de imediato” (p. 263). Trata-se, então, de fazer a soma pacífica dos falcões imperialistas de Bush com as pombas subimperialistas de Blair. Para a satisfação dos que personificam o capital na escala mundial, assim como dos que fazem o elogio do fim da política profana, um novo sujeito revolucionário híbrido seria capaz de carregar esse novo fardo do homem mestiço: “uma nova ‘classe global’ heterogênea”, apenas “constituída de governos da Europa e de outros lugares, de militares e do governo americano, mas também de atores das ONGs globais, de expertos transnacionais das organizações internacionais, etc.”, que “se empregue em reordenar o planeta com os perigos que ele se criou” (Idem). Enfim, é o elogio explícito da nova governança global e implícito do novo *nomos* da terra, que “sintetiza a experiência da aliança ocidental e da UE e continua a construção desta para adaptá-la à era dos perigos globais” (p. 339). Tem algo de regressivo e reacionário nisso tudo, pois a nova óptica democrática da construção europeia segue a terceira via cosmopolita que se desloca da esquerda para a direita e do alto para baixo.